

A Europa e os desafios à construção da cidadania

APRESENTAÇÃO

A integração europeia vem-se apresentando como um processo relativamente lento e complexo, pelas valências que comporta. O nacionalismo, desenvolvido desde o século XIX, acentuou o fechamento das fronteiras. Os Estados-nação procuraram consolidar a sua soberania, criando as condições indispensáveis à uma subsistência em autonomia, base da sua afirmação no concerto das nações.

A ideia da Europa não surge na contemporaneidade, conhece um longo passado histórico, mas encontra, na actualidade, um considerável impulso. A partir da Segunda Guerra Mundial, são lançados os principais fundamentos da presente União. Dadas as suas diversas dimensões, compreende-se que o ritmo de unificação não seja igual em todos os sectores, como a economia, a política, a coesão social e a vida cultural. A promoção de uma comunidade económica avançou sem grande dificuldade. O intercâmbio neste domínio ia ao encontro de interesses comuns dos Estados integrantes.

Mas uma Europa com uma economia progressivamente integrada parece contrastar com um mosaico de culturas e de nações, cada uma com a sua memória própria. Esta realidade diferenciada tem amortecido o avanço harmonioso de todos os domínios. Não se poderá falar de uma cultura europeia, a não ser a um nível de uma certa abstracção. O progresso na área económica tem sido acompanhado de um relativo regresso social. Está-se longe de uma arquitectura política que lhe confira uma unidade na orientação da acção comum, desde logo, no que concerne a formação de partidos políticos transnacionais. Daí resulta, em relação às suas instituições, um défice de democracia e, quanto à prática social, uma cidadania em mero processo de implementação.

O mundo ocidental, berço das democracias modernas, confronta-se com a própria qualidade da prática democrática. Se o desenvolvimento do individualismo tem cerceado a participação cívica, o Estado também não dá mostras de recuar na sua vontade de dominação ao mesmo tempo que vê diminuir a sua capacidade de regulação dos sistemas e de resolução dos problemas de toda a ordem que afectam as pessoas. A democracia representativa foi-se tornando progressivamente uma relativa tecnocracia. O poder tende a ser transcendental à política, sem necessidade de justificação.

Apresentação

No dossier que se apresenta, consideram-se alguns aspectos da problemática com especial referência ao espaço nacional e europeu. O mesmo tema é retomado em diversas perspectivas. Iniciando-se com uma breve abordagem conceptual da democracia e da cidadania, depurando este último conceito do seu carácter retórico e situando-o no contexto jurídico-político, passa-se à consideração da escola e da educação, com os problemas que o processo levanta, em termos de rede e de relação com o desenvolvimento; à construção de uma Europa social, ameaçada por uma profunda dualização, crescentemente agravada pelo verdadeiro tsunami social que parece varrer as sociedades europeias; ao emprego, com os problemas que a crise do sistema financeiro e do sistema produtivo produz; e aos partidos políticos, ao seu carácter representativo e à eventual necessidade de criação de partidos europeus, com acção transnacional. A situação portuguesa é encarada na perspectiva da democratização e da cidadania. Muitas outras questões são deixadas de lado, como o dinamismo potencial das regiões e a diversidade cultural, com a necessidade de uma dialógica capaz de, em simultâneo com a criação de uma mesma cidadania, promover a formação de uma identidade europeia, com as coexistentes.

António Teixeira Fernandes
(Organizador do Dossier)